

*A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-“fim da história” **

*Paulo Fagundes Vizentini ***

Não são apenas os sistemas e os conflitos pós-1945 que parecem estar em questão. Os eventos de 1989 colocaram em questão não apenas Yalta e Potsdam, mas também o que fora estabelecido em uma conferência anterior, a de Versalhes. Mais do que qualquer coisa, a explosão na Europa nos leva de volta ao período da Primeira Guerra e, em alguns aspectos, a épocas anteriores.

Fred Halliday

A passagem do século XX ao XXI, inaugurando o Terceiro Milênio, coincide com um processo de transição. Não se trata apenas do fim da Guerra Fria e da luta pelo estabelecimento de uma “Nova Ordem Mundial”, nos quadros da “globalização”, mas, talvez, do ocaso de um ciclo histórico de cinco séculos de expansão Ocidental, primeiro européia e, depois, norte-americana. Ironicamente, a intensa história mundial do tempo presente ocorre nos

* Artigo recebido em janeiro de 2004 e aprovado para publicação em março de 2004.

** Professor Titular de História Contemporânea na UFRGS, Doutor pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics. Coordenador do Núcleo de Estudos de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da UFRGS.

Tempo, Rio de Janeiro, nº 16, pp. 35-57

marcos do anunciado “fim da história”. E ocorre na direção oposta ao que foi enunciado pelos adeptos desta teoria e da pós-modernidade. É o que pretendo discutir a seguir, numa perspectiva ensaística e multidisciplinar, visando explicitamente um debate historiográfico e político nesta verdadeira era de perplexidades que vivemos.

O fim da guerra fria e o sistema mundial numa perspectiva histórica

No segundo semestre de 1989, ruíram todos os regimes socialistas do leste europeu, que integravam o bloco soviético. O presidente norte-americano George Bush colhia os frutos da ofensiva conservadora de seu antecessor, Ronald Reagan, e saudava o fim da Guerra Fria como o advento de uma *Nova Ordem Mundial* de paz, prosperidade e democracia. Francis Fukuyama, funcionário do Departamento de Estado norte-americano, em um artigo jornalístico que evocava o pensamento do filósofo Hegel, proclamou *O fim da História*, com o triunfo do capitalismo de corte (neo)liberal e o fim das ditaduras e do socialismo estatista. Dois anos depois, a própria URSS desintegrava-se e seu regime também desaparecia.

Com o fim da Guerra Fria, encerrou-se a era do pós-segunda guerra mundial, cujo sistema bipolar marcou as relações internacionais por quase meio século. Este foi um período caracterizado pelo terror nuclear, mas também por um conjunto de práticas racionais com forte capacidade de regulação do sistema mundial. Enfim, foi um período de estabilidade e de violência, controlada e negociada pelos dois supergrandes. Mas a pergunta que se faz é qual sistema emergia em lugar do que se desestruturava, pois, dez anos depois da desintegração da URSS, os EUA sofreram o primeiro ataque ao seu território metropolitano. Para tanto, é necessário identificar os sucessivos sistemas mundiais já existentes, suas forças motrizes e razões de declínio.

A construção de sistemas internacionais, estruturados em escala mundial, dotados de continuidade histórica e de um caráter progressivo, iniciou-se, há quinhentos anos, com a revolução comercial que caracterizou a expansão européia. Anteriormente, os grandes impérios chegaram a integrar amplas regiões, mas o seu colapso produziu o retrocesso e, mesmo, a interrupção deste fenômeno. O império mongol, que, por volta do século XIII, construiu a mais vasta unidade política geograficamente contígua (dominando a maior parte da Eurásia), desapareceu bruscamente, quase sem deixar vestígios. No século XV, o mundo ainda era dividido em pólos autônomos, quase

sem contatos entre si. Podemos mencionar, entre eles, os Astecas, os Maias, os Incas, a cristandade da Europa ocidental, o mundo árabe-islâmico, a Pérsia, a China, o Japão, a Índia e os impérios da África negra, como o do Zimbábwe. Seguramente, o pólo mais desenvolvido, na época, era a China.

A partir de então, sob impulso do nascente capitalismo, os reinos europeus iniciam a expansão comercial, que será liderada consecutivamente por Portugal, Espanha, Holanda e França. Tratava-se de uma “globalização” que ocidentalizava ou europeizava o mundo. Este sistema era baseado no comércio, na formação de um mercado mundial e no domínio dos grandes espaços oceânicos, e a queda ou o declínio de cada uma destas lideranças não produziu o colapso do sistema. Pelo contrário, cada uma delas foi sucedida por outra mais capacitada, com o sistema se tornando ainda mais complexo e integrado, como assinala Giovanni Arrighi. O sistema mundial capitalista atingirá a maturidade em fins do século XVIII, com o advento do mundo industrial e da hegemonia inglesa.

A história contemporânea, que então se iniciou, tem sido marcada pela sucessão de sistemas mundiais intercalados por fases de transição e configuração de novas lideranças. Estas, por sua vez, encontram-se apoiadas nos paradigmas econômicos, sociais e tecnológicos de cada modelo de produção e acumulação. Assim, de 1776 (ano da independência dos EUA e da publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith) a 1890, a *Pax Britânica* foi embasada na Revolução Industrial e regulada pelo liberalismo, dando início ao mundo dominado pelas potências anglo-saxônicas. Mas o advento da II Revolução Industrial, desde os anos 1870, bem como de novos países competidores e do paradigma fordista, levam ao desgaste da hegemonia inglesa no final do século XIX.

Em 1890, com o fim da diplomacia bismarkiana e o lançamento da *Weltpolitik* (política mundial) pela Alemanha, inicia-se uma fase de crise e transição, marcada pelo acirramento do imperialismo, pela Primeira Guerra Mundial, pela Revolução Soviética, por uma grande depressão de alcance planetário, pela emergência do fascismo e pela Segunda Guerra Mundial. Durante este meio século, não houve uma hegemonia definida e as potências da época, com seus projetos antagônicos, lutaram pela supremacia mundial. A “força profunda” principal, segundo a expressão de Pierre Renouvin, era a contradição entre o fordismo de alta produtividade e os mercados e as sociedades ainda organizados segundo as premissas liberais, no quadro de uma

aguda competição entre potências de desenvolvimento já consolidado (Inglaterra, EUA e França) e potências tardiamente industrializadas (Alemanha, Japão e Itália).

É nos marcos da superação da grande crise e da Segunda Guerra Mundial que o fordismo passou a ser regulado pelo keynesianismo, dando então suporte a uma ordem internacional estável, liderada pelos EUA. Neste sentido, a Guerra Fria constituiu uma era de hegemonia norte-americana, ou *Pax Americana*. Foi este o novo modelo econômico que possibilitou a internacionalização comercial e financeira sob a liderança dos Estados Unidos. Entretanto, desde os anos 1970, com a articulação da III Revolução Industrial e seu paradigma científico-tecnológico, inicia-se o processo de desgaste da hegemonia norte-americana. Este fenômeno produz uma profunda reformulação internacional, cujo marco referencial é a desintegração do campo soviético.

Finalmente, o sistema internacional pós-hegemônico, marcado pela globalização e pela formação dos blocos regionais, bem como pela instabilidade estrutural que acompanha a competição econômica, e o reordenamento político internacional dos anos 1990 sinalizam o início de uma nova fase de crise e transição, na luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. Nela, configura-se a emergência da Ásia Oriental, particularmente da China, como novo pólo desafiante da liderança anglo-saxônica. Além disto, a base deste período consiste na busca de estruturas que permitam um desenvolvimento estável, o que passa pelo domínio e pela acomodação dos paradigmas da Revolução Científico-tecnológica, que presentemente está implodindo as estruturas preexistentes.

Em relação ao século XX, o primeiro desafio à ordem mundial anglo-saxônica deu-se a partir de dentro do próprio sistema, quando a Alemanha, primeiro, isoladamente, e, depois, acompanhada pelo Japão e pela Itália, tentaram obter um lugar ao sol dentro da ordem capitalista, resultando em duas Guerras Mundiais. Um segundo desafio partiu de fora do sistema, com o socialismo soviético tentando criar uma alternativa à ordem existente, trazendo como consequência a Guerra Fria. Tratava-se de um desafio político-ideológico e diplomático-militar, mas não econômico, pois a estrutura produtiva da URSS possuía uma lógica diferente e o país estava muito pouco integrado ao mercado mundial.

O terceiro desafio, atualmente em curso, emergiu na Ásia Oriental, particularmente através da China, constituindo um fenômeno misto, econo-

micamente dentro da ordem capitalista, mas politicamente exterior a ela, devido aos recursos de poder e ao regime socialista deste país. As turbulências financeiras na Ásia oriental e a guerra na Ásia central representam, neste sentido, o primeiro embate do novo conflito em torno da ordem mundial, não necessariamente um “choque de civilizações”. Assim, os anos 90 e o início do século XXI significam também o princípio de uma época de crise e transição rumo a um novo período histórico, com o declínio do ciclo de expansão ocidental, iniciado há cinco séculos. Os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos constituem, neste sentido, o marco inicial deste novo período histórico, cujos contornos ainda não estão muito claros.

A crise da ordem neoliberal na passagem do século

A década que se seguiu ao colapso do bloco soviético foi marcada pelo aparente triunfo da globalização neoliberal. Contudo, desde 1999 os países da OCDE passaram a sofrer uma acentuada desaceleração no crescimento econômico, que se transformou posteriormente numa estagnação, de modo particular nos Estados Unidos, país apontado como carro-chefe da economia mundial. Em meio à crescente instabilidade financeira mundial, a recessão ganhou contornos de crise econômica, com quebra de grandes empresas e escândalos de corrupção em megacorporações americanas, que comprometeram autoridades do primeiro escalão do governo dos EUA. Enquanto isto, os países da Ásia oriental, como a China e os Tigres asiáticos, que recusaram o modelo neoliberal, recuperavam-se da crise de 1997, mantendo elevados índices de crescimento econômico.

As conseqüências sociais desastrosas das políticas neoliberais produziram, em seguida, graves ameaças à democracia liberal nos próprios países do Primeiro Mundo, com um perigoso avanço da extrema-direita na Europa. Paralelamente, ocorreram sérias crises de governabilidade no Terceiro Mundo, mas também a afirmação de amplos movimentos de massa contra os organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Estes movimentos, caricaturados pela mídia como “anti-globalização”, expressaram-se de forma crescente de Seattle a Porto Alegre, onde foi criado o Fórum Social Mundial (FSM) em janeiro de 2001. O FSM constituiu um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos/Suíça, de matiz neoliberal, aglutinando movimentos de esquerda de diversa orientação, mas que têm em comum a proposta de incluir a agenda social, democrática e ambiental em

uma globalização até então centrada no comércio, nas finanças e na competição tecnológica. Assim, anos depois da desagregação da URSS, a esquerda ressurgia, “globalizada”, no cenário mundial.

A União Européia, por seu turno, seja pela retomada do protagonismo da esquerda, seja pela advertência de um eleitorado antiliberal, tem-se oposto aos custos sociais da globalização neoliberal. A mobilização da esquerda contra o desemprego e a perda de direitos sociais cresceu paralelamente à extrema-direita, que defende a permanência do Estado-nacional. Na França, chegou a haver um segundo turno entre a direita (Chirac) e a extrema-direita (Le Pen), enquanto sólidos governos social-democratas vinham abaixo, como na Holanda, pois a “Terceira Via” no poder adotou políticas típicas de seus adversários conservadores. O temor à globalização e à imigração estrangeira parecem estar por trás destes movimentos.

Mas, ao mesmo tempo, a União Européia (UE) lançou sua moeda única, o euro (vigente em doze países e aceita em mais uma dezena), que constitui uma alternativa ao dólar. Por outro lado, avançaram as negociações para a ampliação da UE rumo ao leste e ao Mediterrâneo, com a adesão prevista de Malta, Chipre, Eslovênia, Hungria, Tchêquia, Eslováquia, Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia, Bulgária e Romênia, em duas etapas. Por outro lado, o velho continente (inclusive a Inglaterra de Blair) tem buscado obter certa autonomia frente aos Estados Unidos, especialmente após a chegada de Bush ao poder. Assim, a UE se capacita, progressivamente, para constituir um pólo autônomo num sistema multipolar.

Na Rússia, começa a reverter-se o quadro de declínio e descalabro econômico e político-administrativo, desde a ascensão de Vladimir Putin ao poder, em fins de 1999. O país recuperou sua concepção de interesse nacional e tem mantido crescente autonomia frente ao Ocidente, apesar de sua dependência financeira. O estabelecimento de uma parceria estratégica com a China e a criação da Organização de Cooperação de Xangai (Rússia, China, Cazaquistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Uzbequistão) lançou as bases de um bloco eurasiático que tem preocupado os estrategistas da Casa Branca, revivendo a geopolítica do Grande Jogo da Ásia Central. A rearticulação do antigo espaço soviético, através da CEI, tem sido um dos eixos da diplomacia russa, que se inquieta com a possibilidade de uma neo-hegemonia americana.

A China mantém seu processo de desenvolvimento e modernização acelerados, colaborando cada vez mais estreitamente com seus vizinhos. Ainda

que evitando confrontações, o dragão chinês tem feito valer seus recursos de poder como Estado westfaliano e membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e, desde 2001, como integrante da OMC. Com mais vinte anos de crescimento e estabilidade, a China atingirá o *status* de superpotência econômica e militar. A Coreia do Sul quitou antecipadamente, em 2001, sua dívida com o FMI, retomou seu crescimento econômico e tem negociado com a Coreia do Norte (que não apresenta sinais de colapso) a normalização na península. Taiwan, apesar de alguns arroubos retóricos independentistas, mantém sua inserção na economia chinesa. O Japão, apesar da estagnação nos ritmos de crescimento, segue sendo um gigante econômico e pólo tecnológico, com intensa atuação junto aos Tigres e à China.

No sudeste asiático, a Malásia, Cingapura, Mianmar e o Vietnã mantêm seu crescimento econômico, tendo superado a crise de 97, enquanto os demais países sofrem até hoje graves conseqüências, especialmente a Indonésia. Mas a ASEAN, agora integrada por dez países, tem sido um protagonista cada vez mais ativo das relações internacionais, mantendo um diálogo permanente com a União Européia. Já a África, apesar de suas notórias dificuldades, tem conhecido certos avanços, como o processo de paz em Angola e na República Democrática do Congo, encerrando longas guerras civis. A África do Sul, por sua vez, consolida-se como pólo aglutinador do continente negro, especialmente através de sua diplomacia e da Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), um acordo de cooperação econômica. Por outro lado, a OUA transformou-se, em 2002, na União Africana, com maiores atribuições, que permitirão uma ação coordenada dos países do continente.

O Oriente Médio, contudo, não tem conseguido avançar. Os impasses nas negociações de paz durante o governo Barak e a provocação de Sharon, ao visitar a esplanada das mesquitas em Jerusalém, em setembro de 2000, desencadearam uma segunda *intifada*. No início de 2001, o direitista Likud venceu as eleições, levando o belicista Ariel Sharon ao poder, com uma agenda contrária a qualquer concessão aos palestinos. Isto gerou uma onda de violência que já produziu mais de um milhar de mortes (um quarto de judeus), com atentados palestinos suicidas e ocupação militar israelense dos territórios da Autoridade Nacional Palestina. A onda de instabilidade gerada e a desmoralização dos regimes árabes pró-EUA têm constituído uma ameaça a estes. Os atentados de 11 de setembro, a guerra ao terrorismo e sua onda

antiislâmica, bem como as ameaças ao Iraque e ao Irã, ao lado da guerra do Afeganistão, criaram o mais perigoso foco de tensão internacional no início do século XXI.

Na América Latina, as pressões americanas cresceram, com a militarização e o avanço da proposta da ALCA, em meio à crise do chamado Consenso de Washington (agenda neoliberal para o continente). No México, encerrou-se a longa era de domínio do PRI (Partido Revolucionário Institucional), com a vitória do pró-norte-americano Vicente Fox. Às pressões contra Cuba e o regime popular-nacionalista de Chávez, na Venezuela, somou-se a proposta do Plano Colômbia, de combate ao narcotráfico e às guerrilhas de esquerda. Crises de governabilidade espalharam-se pelo empobrecido continente, especialmente no Peru e na Argentina. Este país, cujos dirigentes alegavam possuir *relaciones carnales* com os EUA, sofreu um completo colapso econômico-financeiro no final de 2001, sem receber nenhum socorro internacional, particularmente dos EUA. O neoliberalismo encontra-se na defensiva, pois, além da crise econômica, Collor, Salinas de Gortary, Menen e Fujimori, antes apontados como modelos, hoje são homens com dívidas a acertar com a justiça de seus países.

Mas o pivô da região é o Brasil. Frente ao avanço da ALCA e à crise do Mercosul, procurou avançar a integração física dos países sul-americanos (Cúpulas de Brasília em 2000 e de Guayaquil em 2002). O país procura construir um espaço econômico de contrapeso à ALCA, como forma de constituir um pólo protagônico para a articulação de um sistema internacional multipolar. Contudo, o elemento decisivo foi a eleição presidencial de 2002, com a vitória da esquerda com o candidato Luiz Inácio “Lula” da Silva. Trata-se tanto de uma reação de caráter social como nacional, que pode ter grande influência no fragilizado continente. Efetivamente, Lula está desenvolvendo uma política externa de forte impacto, especialmente no que tange à integração sul-americana. Este processo foi reforçado com a eleição de Kirchner na Argentina e a renúncia do presidente boliviano, Sánchez de Lozada, nos quadros de uma ampla revolta popular.

Bush, o 11 de setembro e a guerra ao terrorismo

No final de 2000 o Republicano George W. Bush foi eleito presidente dos EUA, num pleito marcado por irregularidades quanto à contagem de votos na Flórida. Apesar do democrata Gore haver vencido nos votos populares, o

colégio eleitoral teve maioria republicana e elegeu Bush, evidenciando as distorções da democracia americana. O século XXI foi proclamado “o século americano”, mas o novo governo adotou atitudes unilaterais, como o abandono do Protocolo de Kyoto sobre aquecimento terrestre, retirou-se da Conferência da ONU sobre o racismo (juntamente com Israel) e rejeitou submeter-se a Tribunais Internacionais, que a administração Clinton ajudara a criar.

Bush passou a governar ignorando as organizações internacionais, particularmente a ONU, dentro da visão de que “os EUA venceram a Guerra Fria e necessitam colher os frutos”. A idéia de apoiar a liderança americana nas organizações multilaterais, tal como vinham fazendo os democratas, foi completamente abandonada, dando lugar a uma visão unilateral que contrariou seus próprios aliados da OTAN. Um presidente despreparado, cercado de assessores de linha-dura e ligados a obscuros *lobbies*, começou a reabrir focos de tensão, enquanto abandonava o papel de mediador (tarefa que cabe ao hegêmona) em conflitos como o do Oriente Médio, que mergulhou numa espiral incontida de violência.

Neste contexto, na manhã de 11 de setembro de 2001, terça-feira, aviões de linhas aéreas domésticas americanas foram jogados contra as torres do World Trade Center em Nova Iorque e contra o Pentágono em Washington, enquanto um quarto, que provavelmente visava a Casa Branca, era abatido. O mais fantástico atentado terrorista da história atingia pela primeira vez o território metropolitano americano, golpeando os maiores símbolos do poder financeiro e militar dos EUA (e do Ocidente), no momento em que o país procurava construir um Escudo Antimísseis (que de nada teria adiantado contra este tipo de atentado).

As evidências apontavam para a organização Al Qaeda, liderada pelo saudita Bin Laden, e para o regime talibã do Afeganistão, que lhe dava abrigo. Apoiando-se na comoção mundial e alegando que “quem não está conosco está contra nós”, Bush desencadeou a guerra ao terrorismo, que teve como primeiro alvo o Afeganistão. Invadido e dominado o país, a presença militar americana espalhou-se pela Ásia central, gerando tensão com os vizinhos (especialmente Rússia, Irã e China), bem como desequilibrando as relações entre Índia e Paquistão. Mas Bin Laden e o *mollah* Omar, líder dos talibãs, não foram encontrados.

Os atentados levantaram inúmeras questões, a principal delas sobre o declínio americano, dando certo destaque ao livro de Paul Kennedy, *Ascen-*

são e queda das grandes potências. Mas, ao mesmo tempo, outros invocaram o famoso *Choque de Civilizações*, de Samuel Huntington. De qualquer maneira, este acontecimento terrível e, ao mesmo tempo, impactante, marca o início do século XXI e do Terceiro Milênio e faz com que a chamada “Síndrome do declínio do Império Romano” esteja silenciosamente se instalando no coração dos americanos. Afinal, um ano depois, o mundo encontrava-se ainda mais instável e os sintomas de crise representavam uma ameaça, tanto no campo político-militar como no econômico.

A primeira pergunta que vem à mente de todos é: o mundo realmente mudou depois da impactante destruição do World Trade Center? Para alguns, o belicismo de Bush e o fundamentalismo islâmico já existiam antes dos atentados e, portanto, nada mudou concretamente. Para outros, depois de a maior potência do mundo haver sido atingida pela primeira vez (e por quem e da maneira como o foi), o 11 de setembro marca o início de uma nova era. Ocorre que, na marcha cotidiana dos acontecimentos, é difícil para alguém identificar os momentos históricos de passagem, pois, afinal, a vida continuou seu ritmo (mesmo em Nova Iorque), as instituições não entraram em colapso e o jogo das relações internacionais apenas acelerou tendências já esboçadas anteriormente.

Contudo, as linhas de continuidade e permanência que marcam o mundo não devem ocultar, aos olhos do bom analista, as tendências de mudança que se esboçam por trás da aparente rotina dos fatos. Neste sentido, o 11 de setembro constituiu um ponto de inflexão de um processo que já vinha ocorrendo. Dito de outra maneira, ele é o símbolo visual de uma crise em desenvolvimento e um evento sinalizador, tal como a queda da Bastilha o foi em relação à Revolução Francesa. É preciso considerar três aspectos. Em primeiro lugar, até agora não se fizeram as perguntas adequadas sobre a questão e centrou-se a reflexão em aparências demasiado óbvias. Em segundo lugar, o propósito da resposta americana já é bem claro um ano depois: o início de uma longa intervenção na Ásia, que pouco tem a ver com o atentado em si mesmo, ou com a “guerra ao terrorismo”. Por fim, o nó da questão encontra-se no próprio Ocidente e seus problemas internos, sendo o Oriente Médio apenas uma extensão do problema.

Depois de um ano, ainda não foi fornecida nenhuma prova concreta sobre a autoria dos atentados. Aliás, talvez nunca se venha a saber exatamente a real dimensão da trama. Neste caso, devem-se fazer as perguntas ade-

quadas e tentar encaixar as peças disponíveis do quebra-cabeças: 1) Qual era a situação e quais os interesses em jogo nas relações internacionais antes dos atentados? 2) Considerando isto e a resposta dada a eles, a quem poderia interessar perpetrá-los? 3) Os presumíveis autores teriam sido os idealizadores ou apenas simples executores? É interessante recordar que 2001 havia sido designado pela ONU como “O Ano do Diálogo entre Civilizações”, mas, em sentido contrário, parece que certos atores poderosos estavam dispostos a tornar o livro de Huntington, *O Choque de Civilizações*, uma realidade dominante da política internacional.

É cada vez mais difícil crer que os primitivos “homens das cavernas” afegãos tivessem condições de, sozinhos, idealizar e executar um atentado tão complexo e eficaz. Além do mais, em termos simbólicos, os sinais enviados através deste ato violento parecem ser demasiado sutis para ter sido pensados por cérebros dotados de uma lógica tão rasteira. Até porque a resposta seria a possível eliminação do Grupo Al Qaeda e do regime Talibã. Sem aderir a teorias conspirativas, é importante lembrar que, dois dias antes do atentado, o Comandante Massud foi assassinado, e este líder da Aliança do Norte seria, num governo pós-Talibã, um homem independente (inclusive era aliado da Rússia e do Irã). Portanto, isto sugere que a guerra já estava planejada antes dos atentados e que o futuro governo deveria ser dócil ao Ocidente, como de fato foi.

A hipótese que levantei na ocasião, de que os EUA desejavam, em termos geopolíticos, cravar uma cunha entre a Rússia e a China, se confirmou plenamente. Um dos objetivos parece ser o de inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, bem como de debilitar a aliança da China com países como Paquistão e Índia e privá-la dos recursos petrolíferos da região, obstaculizando seu crescimento econômico. Por outro lado, a “guerra contra o terrorismo”, instrumentalizada como guerra contra o mundo árabe e islâmico, serviu para inviabilizar qualquer possibilidade de acordo Israel-Palestina, uma vez que a ação dos radicais palestinos se expressa (por vontade deliberada ou falta de opção) sob a forma de atentados terroristas suicidas. Portanto, este problema específico se dilui na agenda antiterrorista mais geral.

A guerra contra o Iraque, por sua vez, constitui um eficaz instrumento para isolar e derrotar posteriormente o Irã, país aliado da Rússia e da China. Esta guerra também causaria danos à economia européia (que depende do petróleo do Golfo) e debilitaria o euro, que cresce com a crise econômica

americana. Mas a resposta americana, se geopoliticamente eficiente, provou ter efeitos colaterais sérios, pois a instabilidade do Afeganistão é grande e a falta de apoio aos EUA está crescendo na Europa, entre seus aliados árabes e junto aos demais membros do Conselho de Segurança. De qualquer maneira, a resposta dada ao 11 de setembro busca legitimar a guerra como prioridade das relações internacionais. O que é curioso, porque a luta contra o terrorismo só pode ser vencida através da combinação de ação policial, serviços de inteligência e políticas socioeconômicas destinadas a eliminar as causas do fenômeno, e não através de operações militares convencionais.

Antes e depois do atentado, era patente o mal-estar ocidental, em particular norte-americano. Os escândalos que caracterizaram os anos finais do governo Clinton revelam um confronto interno, evidente na complicada e questionada eleição de Bush, que desgastou a imagem da democracia americana. Paralelamente, a economia dos EUA desacelerava seu crescimento e os mercados internacionais e as bolsas de valores ingressavam numa era de instabilidade, agravada pelo colapso econômico-financeiro de vários países. Então, o século XXI, para os EUA, se inicia com um governo fraco e deslegitimado, o que é agravado por atitudes unilaterais já referidas. Em seguida, ocorre o 11 de setembro, chocando e traumatizando a população americana e do Primeiro Mundo, mas dando aos EUA uma nova iniciativa.

Seguem-se medidas de segurança com custos insuportáveis, cerceamento das liberdades civis e um reforço das atitudes belicistas e unilateralistas que não param de surpreender a comunidade internacional. Mas tudo isto deu à administração americana um eixo definido de política externa, embora com crescente resistência mundial, começando por seus próprios aliados. Assim, como tudo na história, o balanço posterior é ambíguo. Por um lado, a autoconfiança da população foi derrubada e a crença internacional de que a segurança americana era inexpugnável já não existe, embora pouco se fale disto no momento. Num quadro de instabilidade econômica doméstica e global, revelam-se igualmente fraturas internas nos EUA e no Ocidente.

Apesar do fato de que os focos de tensão são hoje mais numerosos e perigosos que há um ano atrás, o 11 de setembro foi uma dádiva para a administração Bush, que pôde colocar em marcha seus contraditórios projetos. Baixada a poeira, os atentados terroristas parecem, cada vez mais, com o ataque japonês a Pearl Harbour, só que com sinal invertido. Se aquele ataque à mais afastada guarnição militar americana marcava o início da hegemonia dos

EUA no sistema internacional, este atentado ao coração da América pode representar o início de uma tendência oposta. O ataque ao Iraque, em março de 2003, à revelia da ONU e contra a vontade da esmagadora maioria da comunidade internacional, explicitou o desgaste da hegemonia americana. O país perdeu a solidariedade que havia recebido no 11 de setembro e está atolado militar e diplomaticamente no Iraque.

Muitos vêm nas ações político-militares unilaterais da administração Bush uma retomada do poder americano, configurando uma nova hegemonia “unipolar” para o século XXI, que, como o anterior, seria novamente americano. Na verdade, trata-se de uma reação para evitar uma tendência histórica que emerge lentamente, a de construção de um sistema mundial multipolar, num quadro de equilíbrios entre EUA/NAFTA, União Européia, Rússia/CEI, Japão/Tigres Asiáticos, China, Índia, Irã, África do Sul/SADC e Brasil/Mercosul, como assinalou o politólogo brasileiro Hélio Jaguaribe. Uma situação aparentemente contraditória, mas que evoca a imagem do mar, com o vento soprando as ondas numa direção, enquanto poderosas correntes submarinas se movem em sentido oposto.

Segundo Emmanuel Todd, na apresentação de seu livro *Depois do Império*,

(...) não haverá império americano. O mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. O exame das forças demográficas e culturais, industriais e monetárias, ideológicas e militares que transformam o planeta não confirmam a atual visão de uma América invulnerável. (...) Um quadro realista [mostra] uma grande nação cuja potência foi incontestável, mas cujo declínio relativo parece irreversível. Os Estados Unidos eram indispensáveis ao equilíbrio do mundo; eles não podem hoje manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A América, pelo seu ativismo militar de teatro, dirigido contra Estados insignificantes, tenta mascarar seu refluxo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o ‘Eixo do mal’ não são mais do que pretextos. Porque ela não tem mais a força para controlar os atores maiores que são a Europa e a Rússia, o Japão e a China, a América perderá esta última partida pelo domínio do mundo. Ela se tornará uma grande potência entre outras (Todd, 2003).

Construindo o terceiro milênio: tendências para o século XXI

Quais são as tendências do século que se inicia? Com o colapso do socialismo no leste europeu, formulou-se uma série de previsões triunfalistas

que assinalavam o início de uma Nova Ordem Mundial, fundada na paz, na prosperidade e na democracia. Os problemas pendentes em pouco seriam resolvidos, e muitos articulistas destacaram que o século XXI, que inaugurou o Terceiro Milênio em 2001, deveria trazer a consolidação desta nova sociedade globalizada. A estabilidade do novo mundo seria garantida pela mão invisível do mercado que, no final, coloca todas as coisas em seu devido lugar. Contudo, dez anos depois de tais profecias, o planeta parece mergulhado em incertezas e problemas ainda maiores, e os princípios enunciados não se cumpriram, ou apenas se cumpriram superficialmente.

Em lugar da paz, seguiram-se anos de confrontos sangrentos, que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo, possivelmente mais dramáticos que os anteriores. A prosperidade prometida não ocorreu, ao menos para a esmagadora maioria das pessoas e dos países. A globalização, ainda que lançando bases para um virtual crescimento (sempre prometido “para o próximo ano”), gerou um desemprego estrutural, uma recessão que perdura, o retrocesso da produção industrial na maioria dos países e a instabilidade financeira mundial, em meio à queda dos padrões de vida e à concentração de renda. A democracia liberal, por sua vez, realmente hoje é adotada (ao menos formalmente) pela maioria esmagadora dos países. Entretanto, a década de 90 nos apresenta o maior grau de despolitização das populações em todo o século. Uma democracia é real quando os cidadãos não crêem nas instituições, nos processos políticos e deles não participam senão por obrigação legal? As abstenções, onde não há voto obrigatório, batem recordes históricos.

Mas é preciso considerar que não se trata do fim do mundo, mas da crise de um modelo que foi proposto como o “fim da História”. Contra todas as previsões, a História insiste em manter-se viva e cada vez se manifesta com maior intensidade. Um olhar mais cuidadoso sobre a passagem do século pode revelar outros contornos para o futuro. A discussão sobre o que ocorreu em 1989 não se encerrou, mas, sim, está começando. Agora que os “perdedores” não podem mais voltar ao passado, podem compreendê-lo melhor, encarar o presente e avaliar os possíveis desdobramentos futuros.

Os efeitos da aceleração da globalização colocaram o neoliberalismo frente a um impasse. O desemprego tornou-se não apenas estrutural, como, mesmo em regiões e/ou épocas em que se registra crescimento econômico, tem ocorrido uma redução de postos de trabalho, na medida em que, geral-

mente, este crescimento se dá em setores de ponta, que empregam tecnologia avançada. A concentração de renda atingiu níveis alarmantes: em 1992, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 82,7% da renda mundial encontravam-se nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 1,4% da renda; quatro anos depois, os 20% mais ricos haviam aumentado sua parcela para 85% da riqueza.

A ausência ou a fragilização do emprego produziu uma violenta *exclusão social de novo tipo*: milhões de pessoas simplesmente não têm mais lugar dentro da economia capitalista. Isto não apenas traz conseqüências graves no tocante ao desaparecimento de mercados, mas também produz reações desesperadas e perigosas por parte dos “perdedores”. Trata-se da *fragmentação* que acompanha o processo de globalização. O irônico é que, em meio à crise de regimes e movimentos marxistas, parece cumprir-se a tese de Marx sobre a exclusão social, atingindo tal nível que está gerando uma instabilidade perigosa, ao produzir uma espécie de *apartheid globalizado*.

Nas grandes cidades, novos centros da vida econômica pós-moderna, os ricos cada vez mais se isolam em bairros e condomínios protegidos, enquanto, no plano internacional, os países desenvolvidos se fecham aos imigrantes vindos da periferia. Estes afluem em grande número do campo para as cidades no Sul e destas para o Norte, devido aos efeitos sociais devastadores da reestruturação econômica. Depois de cinco séculos de migrações do Norte para o Sul, desde os anos 70 observa-se a inversão do fluxo. O Norte conta hoje com uma população de pouco menos de um bilhão de pessoas, enquanto no Sul há quase cinco vezes esta cifra. Além disto, mais de 90% dos nascimentos ocorrem no Terceiro Mundo. Nos quadros de uma globalização conduzida sob os parâmetros do neoliberalismo e da RCT, tal situação gera uma *população excedente absoluta* e uma manifestação de inquietude no Norte, devido à invasão dos “bárbaros”.

As mudanças atualmente em curso produzem um choque semelhante ao gerado pelo desencadeamento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, em que o capitalismo levou mais de um século para se mostrar um sistema “civilizado” de bem-estar, a partir da II Guerra Mundial. Contudo, é preciso considerar que, ao longo do período 1830-1945, milhões de europeus tiveram que emigrar ou foram dizimados por guerras devastadoras, e que, se este contingente demográfico tivesse permanecido ou sobrevivido, representaria hoje meio bilhão a mais na população européia. O problema, contudo, é

que hoje não existem mais “espaços vazios” para serem ocupados, e o Norte rechaça os imigrantes. O resultado tem sido um *malthusianismo genocida*, devido à regressão sanitária e alimentar, impulsionada pelos planos de ajuste do FMI e do Banco Mundial.

Considerando que, no Norte, o processo de acumulação e distribuição é rígido por fatores internos, e que, no Sul, submetido aos planos de ajuste, decorrentes de fatores externos (sobre os quais não pode influir significativamente), o desenvolvimento da periferia tende a ser bloqueado, agravando os problemas acima expostos. Neste cenário, o capitalismo revela-se incapaz de estabelecer uma resposta globalmente integradora e estável, e o neoliberalismo agrava ainda mais a situação, tornando-se uma espécie de suicídio para o próprio sistema. Como foi dito antes, o núcleo desenvolvido do sistema internacional apresenta atualmente evidentes sinais de declínio. Retira-se de áreas desinteressantes da periferia, conservando apenas “ilhas” úteis, geralmente megalópoles globalizadas do Sul, responsáveis pela drenagem dos recursos locais. Sua cultura revela traços de decadência e de incapacidade frente ao atavismo cultural do Sul (retorno a movimentos e idéias do passado). Como o Império Romano em seu estágio final, o Ocidente refluí sobre seu bastião original.

Quanto à grande revolução neoliberal, cada vez mais se assemelha ao período da Restauração conservadora de 1815 a 1848, quando parecia que o *Ancien Régime* havia triunfado sobre a Revolução Francesa, mas a Restauração apenas estava agudizando ainda mais as contradições existentes. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como criando impasses para a economia. A RCT, longe de realizar-se como modernidade, está produzindo uma situação conflitiva, sobretudo com sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, que têm colocado em xeque as estruturas sociais existentes.

Como decorrência, em meados dos anos 90, a situação política começou a mostrar sinais de alteração. Nos ex-países socialistas, as forças de esquerda reformadas começavam a reafirmar-se e, às vezes, a voltar ao poder com o apoio de uma população decepcionada pelos custos sociais do ajuste econômico. Recuperando-se aos poucos de sua perplexidade, e com o apoio de bases insatisfeitas com lideranças que buscavam acomodar-se com a mídia, a esquerda ocidental encontra-se em condições de igualmente rearticular-se. O problema é que ela está ainda fragmentada por lutas setoriais em defesa

de certas minorias, concentrando-se em administrações locais recém-conquistadas e abraçando causas ideologicamente ambíguas, como determinadas versões do ecologismo.

Enquanto isto, no 1º de maio de 1997, depois de muitos anos de refluxo, as manifestações de massa em defesa do emprego expressaram-se pelo mundo inteiro. O advento dos megaprotestos, que acompanham as reuniões da OMC, do FMI e do Banco Mundial deu origem a um novo movimento de esquerda, que se aglutinou no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, desde janeiro de 2001. Trata-se de uma nova forma de protagonismo da esquerda no plano mundial. Em vários países do mundo, igualmente, a esquerda voltou ao poder, enquanto as questões sociais gradativamente passam a recuperar espaço na agenda política.

Trata-se de uma questão relevante, porque o socialismo se conserva como referencial político, ainda que temporariamente debilitado. Não se está falando apenas das desigualdades sociais, cada vez mais graves, que precisam ser combatidas, mas da própria questão da transição em sentido mais amplo. Os socialismos que existiram no século XX foram tão somente a primeira geração deste regime, que, seguramente, encontrará novos caminhos no século que se inicia. O próprio capitalismo, desde o século XV, sofreu muitas derrotas, deformou-se em combinações com o feudalismo e o absolutismo, quase desapareceu em certas fases, antes de implantar-se de forma irreversível e madura na Inglaterra e espalhar-se triunfalmente desta para todo o mundo. A persistência da propaganda anti-socialista, mais de dez anos depois da queda do muro de Berlim, é uma prova disto. Aliás, o próprio marxismo ressurgiu no campo científico, de forma mais elaborada, depois de anos de vigência de um repetitivo discurso liberal (o “pensamento único”) e da fragmentação pós-moderna do conhecimento.

Contudo, o protesto social, às vezes manifestado como revolta, ainda não encontrou partidos e lideranças capazes de torná-lo uma força política apta a passar à ofensiva contra um neoliberalismo que começa a perder a vitalidade. Mesmo onde ocorreram fenômenos positivos, como a vitória da esquerda social-democrata, a exemplo da França, da Itália, da Inglaterra e da Alemanha, a situação não é diferente. Também é preciso considerar que tem crescido politicamente a influência das máfias, de atores sociopolíticos obscurantistas, de fenômenos religiosos retrógrados e que existe uma ampla audiência para movimentos irracionistas de direita (e mesmo de esquerda).

Muitas vezes, é inevitável uma comparação com o final da Idade Média européia. Trata-se da Nova Idade Média, à que se refere o conceituado analista financeiro Alain Minc:

(...) de repente, tudo se inverte: espaços imensos voltam ao estado de natureza; as máfias não parecem mais um arcaísmo em vias de extinção, e sim, uma forma social em plena expansão; uma parte das cidades escapa à autoridade do Estado e mergulha numa inquietante extraterritorialidade; milhões de cidadãos, no coração das cidades mais ricas e mais sofisticadas, cambaleiam na sombra e na exclusão: novos bandos armados, novos saqueadores, nova *terra incognita*¹.

Além da vontade difusa de amplos setores populares de lutar contra os custos sociais do neoliberalismo, existem hoje, entretanto, outros fatores positivos que precisam ser levados em conta pelos movimentos sociais, que só lenta e limitadamente começam a tomar conhecimento deles. A globalização e a formação de blocos regionais, ao lado dos fatores negativos já referidos, geraram fenômenos que podem servir de base para uma nova estratégia popular. As elites nacionais encontram-se fortemente deslocadas frente ao processo de globalização, deixando um amplo espaço para a retomada da *questão nacional* pelos movimentos progressistas, num campo onde as possibilidades de se estabelecerem novas alianças são riquíssimas. Além disto, as velhas estruturas de poder encontram-se significativamente abaladas, razão pela qual os grupos dominantes têm buscado fomentar a unidade social em torno de valores propagados pela mídia, bem como a reeleger presidentes “confiáveis”.

Concretamente, as forças opostas ao neoliberalismo precisam lutar *ofensivamente* para que a Revolução Científico-tecnológica, que impulsiona a globalização, seja *socialmente condicionada*. A RCT e a economia globalizada, pelo nível alcançado em termos de produtividade do trabalho, criaram condições históricas para que todas as necessidades materiais da humanidade possam ser equacionadas. E isto poderá ser obtido por meio de uma *ação política*, uma vez que a idéia de que existe uma lógica econômica que, *a priori*, implicaria uma marginalização dos trabalhadores é falsa, porque o neoliberalismo constitui, essencialmente, apenas uma forma conservadora de regulação do gigantesco processo de modernização atualmente em curso. Ou seja, esta moder-

¹ Alain Minc, *A nova Idade Média*, São Paulo, Ática, 1994, p. 55.

nização pode tanto servir para consolidar a posição dominante dos atuais detentores nacionais e sociais do poder, nos quadros de uma Nova Ordem Mundial (caso o neoliberalismo se mantenha), como permitir que, inclusive, a idéia de uma sociedade organizada em torno de valores coletivos e igualitários seja retomada, agora de uma forma mais viável do que a que ocorreu durante a maior parte do século XX.

Hoje, a luta pela criação de empregos, através da redução da jornada de trabalho, a manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos constituem uma necessidade objetiva para que a RCT e a globalização se realizem como modernidade. Isto porque o neoliberalismo consiste numa opção equivocada, mesmo pela ótica do capitalismo, além de historicamente suicida, e pode conduzir a humanidade pelo caminho da violência incontrollável e da estagnação ou da regressão histórica, como advertiu acima Alain Minc.

Os recursos gastos com a geração de empregos, a criação de direitos sociais e a redução da jornada de trabalho, certamente, diminuiriam o montante destinado aos investimentos econômicos. Isto produziria, em compensação, uma dupla vantagem: criaria mercados domésticos estáveis, garantindo a demanda das empresas e limitando a concorrência internacional desenfreada, e reduziria um pouco o ritmo de modernização tecnológica, permitindo que a sociedade obtenha o tempo necessário para criar estruturas compatíveis e adaptar-se.

Assim, a realidade mundial atingiu tal dinamismo sob a globalização, que se produziram novos e imensos desafios e possibilidades de transformação social. Não apenas a produção se transnacionalizou, como também os antagonismos sociais e os conflitos políticos. Passamos da guerra de posições para a de movimento. Se a esquerda ainda não aproveitou esta situação, isto deve-se mais à falta de um projeto estratégico do que à força de seus adversários. E, enquanto ela não ocupa plenamente o espaço que lhe caberia, muitos setores, que poderiam integrar-se à sua base social, voltam-se para reações atávicas, fundamentalismos religiosos, regionalismos separatistas, conflitos étnicos, líderes populistas ou individualismos alienantes.

É preciso, no entanto, levar em conta que tal processo se está desenvolvendo no âmbito de uma realidade em rápida mutação, em que é preciso identificar o impacto de tendências como a megaurbanização e o futuro do Estado-Nação. De qualquer maneira, alguns imperativos são claros: o indi-

vidualismo e a sociedade de consumo (maior inimiga do meio ambiente) deverão ceder lugar a uma sociedade norteada por valores sociais coletivos, como a Ásia vem demonstrando. Por este caminho, os benefícios da ciência e da civilização poderão ser estendidos ao conjunto da humanidade. A alternativa a estes imperativos seria a estagnação ou a regressão, em meio à violência indiscriminada, tal como já ocorreu em outras fases da história.

Em 11 de setembro de 2001, mesmo os que se recusavam a pensar estas questões viram-se na contingência de fazê-lo. Ou afirma-se um projeto progressista e racionalista socialmente integrador para o futuro, superando a crise atual, ou os fundamentalismos darão a sua resposta ao problema. A curto prazo, é necessário defender a paz e o respeito pelas organizações internacionais, pois podemos estar mergulhando numa espécie de guerra civil intermitente e internacionalizada ou, mesmo, já estamos caminhando para uma grande guerra convencional, na medida em que países ameaçados pela política americana podem vir a constituir uma aliança na Eurásia, em defesa dos seus interesses.

Uma visão mais positiva sobre a história do nosso tempo leva em consideração uma realidade socioantropológica, que ressalta uma tendência à estabilização do planeta até meados do século. Apesar de tudo, a taxa de alfabetização continua se elevando e a taxa de fecundidade (filhos por mulher) está caindo, *especialmente no mundo árabe e muçulmano*. As formas atávicas radicalizadas (fundamentalismo) a que assistimos no mundo atual são manifestações de um processo amplo de modernização. Desestruturadas psiquicamente no ápice da transição, as populações desenraizadas tendem a reafirmar manifestações ideológicas de seu passado e a se comportar de forma violenta, como já conhecemos na etapa de construção da modernidade ocidental. Mas esta fase pode ser curta, como observamos no caso do Irã, que, apenas duas décadas após o fundamentalismo khomeinista, vive a plena dinâmica democrática e cultural, com a taxa de fecundidade tendo caído 50% entre 1981 e 2001. A decisão de limitar o número de nascimentos revela muito sobre a posição da mulher e sobre a sociedade em geral. Desta forma, a História do Tempo Presente se mostra uma realidade aberta, que nos revela sempre surpresas.

Bibliografia

- AMIN, Samir. *Los desafíos de la mundialización*. Mexico: Siglo XXI, 1997
- AMIN, Samir, & GONZÁLEZ Casanova, Pablo (Dirs.). *La nueva organización capitalista mundial vista desde el Sur*. Barcelona: Anthropos, 1996 (2 volumes).
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp, 1996.
- ARGUMEDO, Alcira. *Los silencios y las voces en América atina. Notas sobre el pensamiento nacional y popular*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.
- BLACKBURN, Robin (org.). *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- BRAGA, Ruy. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *El gran tablero mundial. la supremacía estadounidense y sus imperativos geoestratégicos*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *Out of control. global turmoil on the eve of the 21st century*. New York: Collier Books, 1993.
- CALGANO, Alfredo Eric, e CALGANO, Alfredo Fernando. *El universo neoliberal*. Madrid/ Buenos Aires: Alianza, 1995.
- CARRION, Raul, e VIZENTINI, Paulo Fagundes (Orgs.). *Globalização, neoliberalismo e privatizações*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ CEDESP/RS, 1998 (2 ed).
- CERVO, Amado (Organizador), *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- DEMKO, George, & WOOD, William (Eds.). *Reordering the world. geopolitical perspectives on the 21st century*. Boulder: Westview Press, 1999.
- FERNANDES, Luís. *URSS: ascensão e queda. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.
- FOSSAERT, Robert. *El mundo en el siglo XXI: una teoría de los sistemas mundiales*. México: Siglo XXI, 1994.
- FONSECA Jr., Gélson, e CASTRO, Sérgio Nabuco de (Organizadores). *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 2 volumes.

GILLS, Barry, and QADIR, Shahid (Ed.). *Regimes in crisis. The post-soviet era and the implications for development*. London and New Jersey: Zed Books, 1995.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/ UFRGS / Contraponto, 1999.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS / FAPA, 1999.

_____. *The world at 2000*. Houndmills/ New York, 2001.

_____. *Two hours that shook the world: september 11, 2001, causes & consequences*. London: Saqi books, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

_____. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

KALDOR, Mary. *New & old wars. Organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press, 1998.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

LAÏDI, Zaki (org). *Pensar o mundo despues de la Guerra Fria*. México: Cruz/ Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1993.

LEVESQUE, Jacques. *1989, la fin d'un empire. L'URSS et la libération de l'Europe de l'Est*. Paris: Presses de Sciences Po, 1995.

MUÑOZ V. Heraldo (comp.). *El fin del fantasma: las relaciones interamericanas despues de la Guerra Fria*. Santiago: Hachette, 1992.

MINC, Alain. *A nova Idade Média*. São Paulo: Ática, 1994.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A Política Externa dos Estados Unidos: mudança ou continuidade?* Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2003.

RAMONET, Ignacio, e GRESH, Alain (orgs.). *A desordem das nações*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Milton, e outros (Orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1993.

SEGRILLO, Ângelo. *O fim da URSS e a nova Rússia: de Gorbachev ao pós-Yeltsin*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHULZINGER, Robert. *American diplomacy in the twentieth century*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996.

SKLAIR, Leslie. *Sociologia do Sistema Global*. Petrópolis: Vozes, 1995.

STEEL, Ronald. *Temptations of a superpower*. Cambridge: Harvard University Press, 1996

TAVARES, Maria da Conceição, e FIORI, José Luís. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império. A decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOMASSINI, Luciano. *La política internacional en un mundo postmoderno*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991.

VALLADÃO, alfredo. *O século XXI será americano*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo (política internacional de 1989 a 2002)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

_____. *Relações Internacionais do Brasil, de Vargas a Lula (1951-2002)*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

VIZENTINI, Paulo Fagundes, e CARRION, Raul (Orgs.). *Século XXI, barbárie ou solidariedade? Alternativas ao neoliberalismo*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.

ZORGBIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*. Campinas/SP: Papirus, 1996.